

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA E RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO ATRAVÉS DA AGROECOLOGIA E DO PLANO CAMPONÊS DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES

Vinícius Jean Barth¹
Lucas Oliveira do Amorim².

Resumo

Este trabalho buscou explorar a experiência do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na construção do Plano Camponês, que é uma meta síntese e norteadora das ações da organização. O Plano é baseado em uma série de estudos sobre campesinato e sobre a agroecologia, sendo que os princípios agroecológicos podem ser verificados em menor ou maior escala em todos os eixos do Plano. Verificou-se uma grande aproximação do Plano Camponês com a teoria e com os conceitos mobilizados por Jan Douwe Van der Ploeg em suas obras. Além disso, aponta-se como necessária a construção de políticas públicas específicas e diferenciadas para este público por parte do Estado.

Introdução

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) é considerado um movimento socioterritorial camponês, histórico e classista (CADONÁ, 2004), surgiu a partir de uma série de mobilizações após uma grave seca ocorrida em 1996 no interior do Rio Grande do Sul e integra a sessão brasileira da Via Campesina em conjunto com outras organizações de movimentos sociais. Segundo Cadoná (2004), o MPA nasceu das lutas e resistências, e através de suas práticas sociais e sua forma de organização, reinventaram o que o autor chama de tradição camponesa, consolidando-se como um novo ator. Dentre os objetivos do mesmo, está a recriação do mundo do trabalho, através da cultura e da vida dos camponeses, recuperando sua identidade. A organização trabalha na perspectiva de organizar os camponeses em busca de uma produção autônoma, esforçando-se em romper as relações capitalistas que vem dominando o campo, principalmente nas últimas décadas. E são algumas dessas experiências que serão foco desta análise.

O MPA admite que a discussão teórico-ideológica se faz importante e necessária (MPA, 2003), e essa foi uma das grandes motivações que levaram um núcleo do movimento a uma série de estudos sobre a produção acadêmica do campesinato. Para Cadoná (2004), é preciso ampliar o debate em relação à diferenciação entre agricultura familiar e agricultura

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS, vinijbarth@gmail.com.

² Doutorando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS, lucasflorestal@gmail.com.

camponesa. Esta distinção traz implicações para a vida e para o futuro das famílias camponesas. Neste debate, que o autor coloca, reconhece-se que o capitalismo ao avançar, concentra e ao mesmo tempo moderniza o campo, como consequência, as pequenas propriedades perdem valor e poder de competição, surgem relações de assalariamento no campo, assim como força de trabalho de reserva.

No início dos anos 2000, o MPA começa a debater um programa para o campo brasileiro, produto de reflexões que se acumulavam desde o início da estruturação da organização. Segundo uma nota pública do MPA elaborada por Silva e Görgen (2015), “O MPA elaborou, discutiu e consolidou uma proposta ampla e global para o desenvolvimento da agricultura camponesa, uma meta síntese e uma estratégia de transformação: o Plano Camponês”. Essa motivação surge principalmente pela avaliação do esgotamento do PRONAF enquanto política pública, estando o mesmo inserido na lógica bancária, transformando-se em uma forma de transferência de lucros para indústrias do agronegócio (maquinário, agrotóxicos, adubos químicos e sementes transgênicas). Sendo assim, os autores citados problematizam que o programa afastou-se da lógica camponesa, fortalecendo o agronegócio da classe média rural e a indústria de venenos. Silva (2015), afirma que o MPA vem desde 2003 reconstituindo a trajetória histórica do campesinato brasileiro, identificando suas características e construindo bandeiras de luta para constituir um projeto estratégico para o campesinato em âmbito nacional, após o estudo e contribuição de diversos autores (principalmente clássicos da literatura sobre campesinato, além de contribuições mais recentes de pesquisadores sobre temáticas relacionadas ao rural) sintetizando esse projeto como o Plano Camponês.

Diante desta contextualização, este artigo parte da análise documental e de revisão bibliográfica sobre a trajetória do MPA, além de análises de cartilhas da organização. Outras informações também foram obtidas a partir de bibliografia disponível e de informantes do MPA. As motivações para a realização deste trabalho partem das diversas experiências em curso desta organização fomentando as práticas agroecológicas e ressignificando a relação entre pessoas e a natureza, que chamam a atenção pela forma com que vem sendo articuladas pelo MPA através do Plano Camponês e que necessitam de um olhar analítico por parte da Academia.

A experiência do plano camponês – construindo autonomia camponesa através da agroecologia

O Plano Camponês, aposta tática do MPA para a construção de suas pautas, pode ser entendido como um conjunto de repertórios do mesmo para contrapor a hegemonia dos impérios alimentares, englobando diversas estratégias que visam efetivar sua construção, e, que, vão ao encontro de debates trazidos por autores como Jan Douwe Van der Ploeg, dentre outros.

Ploeg (2009) argumenta que os sistemas agrícolas atuais são resultados de três arranjos político-econômicos diferenciados, mas que se combinam: a produção capitalista, a agricultura empresarial e a agricultura camponesa. Na primeira, a relação de assalariamento do trabalho é central. A segunda é caracterizada justamente pela dependência do capital financeiro e pelo distanciamento da natureza, apesar de, cada vez mais, se utilizar de uma nova roupagem, se “pintando” de verde. A terceira, a agricultura camponesa, tem como principal diferencial o capital ecológico, a natureza viva.

Dentre os conceitos trazidos por Ploeg, a recampesinização é talvez o mais importante e difundido no meio acadêmico, e é definido como “a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (PLOEG, 2008, p.23). É a reinvenção do campesinato frente aos grandes mercados capitalistas, em uma busca por mudanças qualitativas. “A autonomia é aumentada, ao mesmo tempo em que a lógica que governa a organização e o desenvolvimento das atividades produtivas se distânciam cada vez mais dos mercados” (PLOEG, 2008, p.23).

Segundo Ploeg (2009), a crise agrária que vivenciamos emerge a partir da interação entre a progressiva industrialização da agricultura. Esta é introduzida no mercado global, o qual ordena a produção e a comercialização agrícola e reestrutura a indústria de processamento de grandes empresas de comercialização e de cadeias de supermercados, transformando-os em impérios alimentares. Estes, por sua vez, exercem um poder de monopólio sobre as relações que envolvem a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos. A fusão desses três processos cria, segundo o autor, um novo regime alimentar global, que está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os diferentes ecossistemas nos quais a agricultura está enraizada, além da qualidade do alimento e a forma como é distribuído.

A luta por autonomia é assunto recorrente nos textos de Ploeg para demonstrar que as ações dos camponeses voltadas a isso, são resultantes de um cenário de fortes relações de dependência, marginalização e privação decorrentes dos impérios alimentares, sendo entendida como central para o seu progresso e a sua forma de reprodução no meio rural. Tal luta, é materializada através da criação e do desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, que envolve recursos sociais e naturais – conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, dentre outros. A terra é o pilar central dessa base de recursos, transpassando a esfera material, sendo também, simbolicamente importante, por garantir um nível de independência aos camponeses, o que justifica em parte a centralidade dessa pauta nas lutas do passado e do presente de vários movimentos camponeses (PLOEG, 2009).

Outro conceito importante trazido por Ploeg é o de coprodução, que busca expressar as diversas formas de se fazer agricultura a partir da relação entre “homem e a natureza viva”, estabelecendo-se, a partir de tal relação, a conexão com os mercados – enquanto uma parte da produção é vendida, outra vai para o consumo da família e a reprodução da propriedade. O processo de coprodução se dá por meio de melhorias qualitativas, tais como tornar a terra mais fértil, selecionar mudas e sementes, construir melhores instalações de armazenagem, ampliar o conhecimento, entre outras. Isso tudo pode converter-se em ampliação de autonomia, em conjunto com atividades não agrícolas (PLOEG, 2009).

Os camponeses se diferem por fazerem uso de um capital de recursos não-mercantilizado (natureza) associado a uma circulação de recursos também não mercantilizada, constituindo um capital ecológico, inserindo-se na troca de mercadorias, apenas para vender seus produtos finais. A centralidade dada ao capital ecológico ajuda a desenvolver a produção agrícola, mesmo sob condições adversas, onde o ambiente hostil é enfrentado através da geração independente de renda no curto, médio e longo prazo, principalmente fazendo uso do valor agregado na produção (PLOEG, 2009).

Para Ploeg (2009), a produção camponesa visa a três aspectos gerais, que são: a) sua reprodução, melhoria e a ampliação do capital ecológico; b) a produção de excedentes comercializáveis, através do uso de seu capital ecológico; e c) a criação de redes e arranjos institucionais que possuem a função de garantir sua produção e reprodução.

Amorim (2016) aponta que “diferente da lógica do agronegócio, o campesinato apresenta as condições objetivas e subjetivas para solucionar a crise socioambiental

contemporânea, uma vez que sua lógica produtiva é baseada em relações de convivência com a natureza” (AMORIM, 2016, p. 43). Carvalho (2012) pontua que os camponeses, além de afirmarem o seu modo distinto de produzir e de viver, de forma diferenciada ao modelo de produção capitalista, verificados no cotidiano de sua reprodução social, mostram que é necessário estabelecer um novo processo para que a relação homem-natureza seja redefinida. Estes argumentos corroboram e dão sustentação as proposições trazidas pelo MPA através do Plano Camponês, como veremos na seção seguinte.

As estratégias do MPA com o Plano Camponês (PC) perpassam a luta por autonomia e são articuladas em torno dos princípios da agroecologia, e expressas nas mais diversas formas de autonomia: alimentar, genética, energética, hídrica e territorial. A luta por autonomia também é expressa em outros eixos, como educação e qualidade de vida, assim como, em relação ao Estado, de cuja estrutura institucional a organização pode fazer proveito ou ser prejudicada por ela – sendo que os dois processos podem ocorrer concomitantemente – em determinadas situações e momentos históricos, de acordo com a conjuntura política e os aliados que possuem em suas redes.

Cadoná (2004) aponta que os movimentos sociais camponeses possuem outros princípios e perspectivas, ao fazerem do território da organização dos mesmos, espaços de lutas e resistência, onde, através de planos políticos e econômicos próprios de enfrentamento e de construção de novas experiências, são referências de organização e de projetos, enfrentando dessa forma os impérios alimentares.

No entendimento do MPA e segundo KRAUSER (2015), o agronegócio responde aos interesses do capital, e sua forma de produção, industrialização e comercialização tem como finalidade o lucro e a acumulação do capital à custa do trabalho camponês, onde o avanço de um ocorre sobre o retrocesso do outro, onde para o agronegócio avançar é necessário destruir comunidades camponesas, se apropriando de territórios, e num processo dinâmico, a luta camponesa tem como consequência a tomada do território apropriado pelo agronegócio. A preservação da natureza, o fortalecimento do campesinato, e a reconstrução e ressignificação do espaço rural nas comunidades camponesas, é o principal objetivo de um PC. Em segundo plano, produzir alimentos saudáveis, com preservação ambiental unido a um processo de transição agroecológica, para o abastecimento nacional e exportação. Tais objetivos se completam e um não existe sem o outro (KRAUSER, 2015). A centralidade da organização em pensar primeiramente a produção de subsistência, para só então, direcionar a produção

para o mercado, demarca uma característica central do campesinato, que se preocupa em agregar estratégias de segurança alimentar tendo a família, como elo mais importante de seu planejamento e produção.

O MPA busca construir elementos para uma produção que respeite a natureza, incentivando o uso de práticas agroecológicas, fugindo do modelo convencional dos pacotes agroquímicos (sementes, adubos e venenos de multinacionais), buscando incorporar nutrientes no solo, e ainda, gerar energia em conjunto com a produção de alimentos, como a biomassa, o biogás, e a geração de energia solar e eólica, construindo dessa forma, o que a organização denomina de “Alimergia”³, conceito que recentemente deixou de ser apenas algo teórico, para se tornar também um selo dentro dos produtos comercializados pelos agricultores do MPA.

Para Camacho (2013), o MPA está recriando o campesinato, através do projeto “Alimergia”, que combina produção de alimentos e energia, protegendo o meio ambiente (alimento/meio e ambiente/energia). Através disso, busca-se construir a Soberania Alimentar e a Soberania Energética ao mesmo tempo. É essa proposição que dá corpo ao enfrentamento que o MPA vem sustentando com o PC que é estruturado, segundo SILVA (2013), através dos seguintes eixos: produção, educação/formação, vida de qualidade, comunidade camponesa e soberania.

A preservação da natureza, o fortalecimento do campesinato e a reconstrução e ressignificação do espaço rural nas comunidades camponesas são os principais objetivos de um PC. Em segundo lugar, produzir alimentos saudáveis, com preservação ambiental unida a um processo de transição agroecológica, para o abastecimento nacional e para exportação. Tais objetivos se completam e um não existe sem o outro (KRAUSER, 2015). É possível observar a centralidade do movimento em pensar primeiramente a produção de subsistência, para só então, direcionar a produção para o mercado, visando inclusive, ao mercado internacional.

Como forma de contrapor o modelo e lógica dos Impérios, o movimento propõe, então, um novo projeto de desenvolvimento para o campo, através do PC, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1: estrutura do Plano Camponês

³ “A palavra ALIMERGIA quer dizer exatamente: sistema de produção que combina produção de alimentos, preservação e recuperação do meio ambiente e produção de energia” (MPA, p. 17, 2012)

PRODUÇÃO	Sistemas camponeses de produção	sementes, oleaginosas, leite, agroflorestas, alimentos, adubação verde e orgânica, etc.
	Agroindústrias	leite, mel, mandioca, café, óleos, erva-mate, derivados da cana, embutidos e defumados
	Desenhos organizativos	grupo de base, associações, condomínios, cooperativas
EDUCAÇÃO e FORMAÇÃO	Escola	locais, contextualizadas, desenvolvimento local
	Universidade	nossa realidade, acesso aos camponeses
	Informal	reuniões, debates, práticas, dias de campo, etc.
VIDA DE QUALIDADE	Moradia	casa, pomar, horta, sombra, jardim, autoestima
	Esporte	futebol, vôlei, bochas, etc.
	Cultura	teatro, música, capoeira, mutirão, partilha, alimentos
	Lazer	festas, bailes, torneios, encontros
	Saúde popular	alimentação saudável, ervas, saneamento, etc.
COMUNIDADE CAMPONESA	Elos vinculantes como fator de resistência	estrutura comunitária escola na comunidade troca de dias de trabalho, mutirões
SOBERANIA	Alimentar	comida local, vinculada a cultura e modo de vida
		produzir de tudo um pouco
	Energética	sem uso de veneno, buscando equilíbrio ambiental
		produção, controle e autoconsumo de energia
mudança na matriz energética		
Genética	biomassa, ventos, sol, biogás, etc.	
	Genética	buscar técnicas de

		recuperação, armazenamento e melhoramento
		recuperar nossas sementes, raças e mudas
		divulgar as experiências já existentes
	Hídrica	recuperar nossas nascentes
		implementar técnicas de coleta e armazenagem de água
		desenvolver pequenos sistemas de irrigação
	Territorial	espaço de vida
		espaço de produção
		espaço disputa
CONTRADIÇÕES	Agronegócio	multinacionais
		latifúndios
		Estado brasileiro

Fonte: (KRAUSER, 2015).

O PC abrange vários aspectos da vida no campo, não se restringindo a um viés estritamente agrícola, na apresentação dos seus seis eixos centrais. No eixo “produção”, observa-se grande afinidade com os debates de Ploeg acerca da recampesinização, onde o autor expressa que mesmo com o surgimento do modo empresarial de se fazer agricultura, o modo camponês continua existindo, e que este expressa, cada vez mais, modos superiores de produção (PLOEG, 2008). Os sistemas camponeses de produção são nada mais e nada menos do que um resgate de técnicas agrícolas que vêm se perdendo ao longo das gerações em decorrência do modelo agrícola da revolução verde, difundido nas últimas décadas, incorporado a outras técnicas que vêm sendo empregadas mais recentemente, por meio da promoção de práticas agroecológicas, absorvidas não só pelo MPA, mas pelos demais movimentos da Via Campesina, em uma estratégia constante de coprodução. A aposta na organização em cooperativas, agroindústrias e grupos comunitários só reforça a manutenção de uma lógica camponesa de produção e de vida no campo, através de estímulos e meios para agregar valor à produção, conforme relata também Ploeg: “a apropriação das oportunidades de produzir valor agregado também faz parte da sua estratégia” (PLOEG, 2009, p. 22).

As relações não capitalistas de produção, expressas por Ploeg, também se fazem presentes nos eixos “Comunidade camponesa” e “vida de qualidade”, que, em conjunto com

os outros eixos, buscam mostrar a diferenciação do camponês dentro da vasta gama de sujeitos presentes na agricultura familiar, ao estabelecer estruturas comuns de convivência e de trabalho, incentivando o cooperativismo, além de relações de troca de dias de trabalho entre agricultores (reciprocidade). E ainda, dando ênfase a cultura e educação, o resgate e valorização do modo de vida dito camponês.

O eixo soberania endossa e dá corpo ao PC, caracterizando-se como um apanhado de várias pautas incorporadas pelos movimentos sociais da Via Campesina ao longo de sua trajetória, que não apenas contribuem para contrapor o império, mas também dialogam com as novas demandas sociais, de consumidores que exigem, cada vez mais, atributos qualitativos na hora de escolher o que comprar e consumir. Através desse eixo, o movimento consegue abrir um amplo diálogo com a sociedade, ao pautar a soberania em diversas esferas.

No âmbito da soberania e segurança alimentar, o MPA pauta a necessidade de valorizar os alimentos produzidos localmente e de consumir produtos da estação, remetendo a vínculos com a cultura e o modo de vida das populações de um determinado local, diversificando a produção, preservando o meio ambiente e não fazendo uso de agrotóxicos, construindo a ideia de um alimento limpo e puro, produzido pelos agricultores da organização. Para PLOEG (2008), a unidade camponesa de produção é uma forma organizada que se distancia de uma unidade agropecuária e também do mercado de insumos, o que acaba vinculando-a a outros mercados de produtos. Porém, o MPA, recentemente, passou a apostar na produção de insumos agroecológicos (biofertilizantes, pó de rochas, etc.) em suas cooperativas, apostando na venda destes insumos para sua base e também para outros agricultores, e utilizando a renda proveniente dessas vendas como forma de capital de giro nas cooperativas, objetivando minimizar os efeitos decorrentes das mudanças de acesso institucional após a ruptura de regime político ocorrida em 2016 em âmbito federal.

Vale fazer menção ao forte trabalho voltado para o trato da questão de gênero dentro do MPA, uma pauta que é transversal a todas as outras, e que busca desconstruir a clássica visão sexista de divisão do trabalho, e as relações patriarcais que se dão no meio rural, demonstrando que a organização busca modificar relações entre os camponeses de sua base. Ploeg afirma que “as regras que governam as inter-relações entre os atores envolvidos (e que definem suas relações com os recursos) são tipicamente derivadas e incorporadas à cultura local, incluindo as relações de gênero”. (Ploeg 2009, p.22).

O que o MPA busca com o PC é o mesmo que Ploeg (2009) relata sobre a emancipação da produção camponesa necessitar ser exitosa, e se basear na necessária ampliação do valor agregado total por unidade de produção, sendo decorrência de um lento e persistente aprimoramento da base de recursos, gerando eficiência produtiva.

Ploeg (2009) demonstra as formas de resistência em sua obra, e é possível perceber que o MPA se correlaciona com a terceira forma de resistência apontada em seus textos – a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho e sua alteração. Isso se faz presente através da emergência da Agroecologia, e uma ampla gama de práticas heterogêneas cada vez mais interligadas, por meio das quais o campesinato se constitui como essencialmente diferente. Mas também cabe salientar que o MPA muito se utiliza de luta aberta, em manifestações e protestos, desde a sua origem.

Considerações finais

O MPA possui uma estreita ligação e dialoga constantemente com elementos trazidos nas obras de Ploeg. Não por coincidência, o que Ploeg busca mostrar em seus textos é justamente o poder de agência dos atores e a forma com que estes se inter-relacionam com o Estado, e com os impérios alimentares, por exemplo. A origem de organizações de movimentos sociais como o MPA está em parte ligada a estes fatores: a omissão por parte do Estado e o poder de controle dos impérios alimentares. É uma luta por autonomia, que se manifesta na resistência e organização desta categoria, reivindicando o reconhecimento de sua identidade perante o Estado e a sociedade.

A complexidade da estrutura de ação de um movimento social camponês, apenas reflete os quão distintos estes são de organizações que se colocam enquanto representantes da categoria agricultura familiar, e isso evidencia as diferenças entre os distintos atores, que culminam em diferentes e complexas demandas em relação a outras organizações, assim como, na necessidade de formulação de políticas públicas específicas e diferenciadas para a agricultura camponesa, sendo luta constante de organizações como o MPA, a necessidade de um tratamento diferenciado por parte do Estado em relação a estes.

Por fim, percebe-se que a agroecologia é tida como um princípio norteador para a construção dos diferentes eixos do PC, e o MPA faz nela sua aposta para construir suas pautas, e insere os princípios da agroecologia nas mais diferentes esferas do mundo rural,

demonstrando como a agroecologia pode ser um catalisador de um novo modelo de produção e de vida para o campo.

Referências bibliográficas

AMORIM, L. O. do. **“Plantando semente crioula, colhendo agroecologia: agrobiodiversidade e campesinato no alto sertão sergipano”**. 140 p. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UFPE, Recife- PE. 2016.

CAMACHO, R. S.. **A soberania alimentar e energética: a proposição camponesa para uma nova relação sociedade/natureza** (2013). In: IX Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 9, n. 10, 2013, p. 76-91

CADONÁ, C.V. **Movimento dos Pequenos Agricultores- O novo nasce das estradas**. 2004. 283 p. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) UNIJUÍ. Ijuí, 2004.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, 2012. Disponível no site: <<http://www.mcpbrasil.org.br>>. Acesso em 10/07/2017.

KRAUSER, R. R. **A Agroecologia e o Plano Camponês**. MPA, 2015.

MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores. **A Luta do Povo Planta Um Brasil Novo**. MPA, Brasília, setembro/2003.

_____. **“Plano Camponês – Da agricultura camponesa para toda a sociedade”**. 2012.

PLOEG, J.D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____. Sete teses sobre a agricultura camponesa *in* PETERSEN, Paulo. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.

SILVA, V.I da. **10 anos do plano camponês**, 2013.

SILVA, M.L.T. **Contribuição ao debate do plano camponês**. Disponível em: <<http://www.mpabrasil.org.br/biblioteca/textos-artigos/contribuicao-ao-debate-do-plano-campones>>. Acesso em: 22 de maio de 2017.

SILVA, M. L.T.; GORGEN, S. **A hora e a vez de um programa camponês**. MPA, 2015.